

RELATÓRIO DE EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO
EDITAL Nº 03/2018-5^a/SR-CONCORRÊNCIA (MENOR PREÇO)

RECORRENTE: SANTA CRUZ CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ: 09.158.398/0001-63)

Fls: 139
Proc: 3648-35


1. Objetivo

Analisar recurso administrativo apresentado pela empresa Santa Cruz Construções Ltda contra decisão da Comissão Permanente de Julgamento da 5^a/SR, pela qual a inabilitou à fase econômica, por ocasião da sessão pública da Concorrência nº 03/2018, cujo objetivo é a Construção de uma ponte sobre o Rio Canhotó (comprimento de 72 e largura de 10,20 metros), no Município de São José da Laje, na área de atuação da 5^a Superintendência Regional da Codevasf, no Estado de Alagoas.

2. Histórico

Em 24/07/2018, às 10:00h, na sala da Secretaria Regional de Licitações – 5^a/SL, deu-se início à sessão pública da Concorrência nº 03/2018, à qual compareceram as empresas:

1. Santa Cruz Construções Ltda (CNPJ: 09.158.398/0001-63);
2. Mobicon Construtora Ltda (CNPJ: 12.260.240/0001-04);
3. AMF Construtora Ltda – ME (CNPJ: 07.520.858/0001-26); e
4. L Pereira & Cia Ltda (CNPJ: 12.316.402/0001-89).

Das presentes, foram inabilitadas as empresas Santa Cruz e Mobicon em função de os atestados de capacidade técnico-operacional apresentados por elas se referirem a obras que não guardam similaridade de porte e complexidade com o objeto licitado. De imediato as empresas inabilitadas manifestaram intenção de apresentarem recurso administrativo contra decisão da comissão julgadora.

Em 31/07/2018, a empresa Santa Cruz Construções Ltda apresentou recurso administrativo contestando a decisão da Comissão Permanente de Julgamento de inabilitá-la. Ato contínuo, a 5^a/SL divulgou no site a impetração do recurso e intimação dos demais concorrentes para, querendo, apresentarem contrarrazões.

Na mesma data, a 5^a/SL publicou o avisou correspondente à recepção do recurso administrativo da Santa Cruz Construções Ltda, estabelecendo prazo até 07/08/2018 para apresentação de contrarrazões pelas empresas participantes do certame referenciado que desejassem fazê-lo.

Em 07/08/2018, a empresa AMF Construtora Ltda – ME apresentou contrarrazão ao recurso apresentado pela empresa Santa Cruz Construções Ltda.

Em 09/08/2018, por meio da CI nº 001/2018, a Comissão Permanente de Julgamento da 5^a/SR solicitou manifestação da área técnica a fim de subsidiar resposta ao recurso.



Em 13/08/2018, a Unidade Regional de Estudos e Projetos (5ª/GRD/UEP) apresentou resposta à solicitação contida na CI nº 001/2018 da Comissão Permanente de Julgamento, o que subsidiou a fundamentação do presente relatório.

Fis: 1392
Proc: 57618-15

3. Alegações do recurso

Em seu recurso, a empresa Santa Cruz Construções Ltda enfatiza o fato de possuir quantitativo amplo de volume de concreto armado, conforme exigido no edital nº 03/2018, superando em muito o mínimo exigido. Alega que os atestados de capacidade técnica atendem a exigência contida no item 4.2.2.3 "c" do edital nº 03/2018, referindo-se à similaridade e ainda à superioridade em termos de complexidade das obras apresentadas, quais sejam, a construção de complexo comercial, requalificação e ordenamento de feira livre de confecção e construção, aquisição e instalação de teleférico.

A recorrente acrescenta que a decisão da comissão pela sua inabilitação se baseou em critérios subjetivos quanto à análise da similaridade e complexidade das obras apresentadas.

Pontua ainda, a recorrente, que houve resposta a questionamento no sentido de ser aceita comprovação de obra de grande porte, com quantidade suficiente de concreto, não sendo relativa especificamente a construção de ponte, barragem ou viaduto.

4. Alegações da contrarrazão

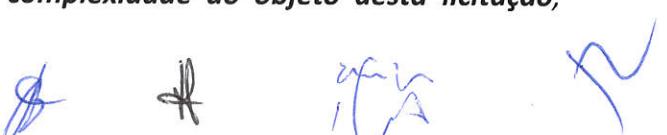
Em sua contrarrazão, a empresa AMF Construtora Ltda – ME ressalta a convergência dos termos do edital nº 03/2018 à pretensão da Administração de licitar obra de construção de uma ponte, associando o tipo de obra à classificação de "Obra de Arte Especial". A AMF Construtora Ltda – ME alega ainda que, diferentemente do que se pretende por parte da Administração para fins de verificação da capacidade operacional da licitante, os atestados de capacidade técnico-operacional apresentados pela empresa Santa Cruz Construções Ltda não apresentam similaridade com o tipo de obra licitado.

5. Análise das alegações

O Edital nº 03/2018 é suficientemente claro quando diz em seu item 4.2.2.3 Qualificação Técnica:

| ITEM | DESCRIÇÃO |
|------|--------------------------------------|
| 1.0 | <i>Concreto Estrutural – 146 m3.</i> |

c) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa (as) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante tenha executado obra(s) relativa(s) à construção de pontes, barragens, viadutos, ou obras similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação,



executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens relacionados abaixo, com os seguintes quantitativos mínimos:

Fls: 1393
Proc: 526718-55
Rubiada

Este item c) além de dizer que o Acervo Técnico das empresas candidatas a participarem da licitação devem possuir “**obras similares ao porte e complexidade ao objeto desta licitação**” ainda dá exemplos de que obras seriam estas “**à construção de pontes, barragens, viadutos**”. Também é dito neste item, sendo talvez o trecho mais importante apresentado, “**executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores as requeridas para execução dos itens relacionados abaixo**”. Sendo assim devemos analisar quais são as técnicas construtivas empregadas para a construção de uma ponte que atravessa um rio, objeto desta licitação.

Ponte é uma obra destinada a carregar tráfego (pessoas, veículos) sobre obstáculos a continuidade de uma via, estes obstáculos podem ser rios, córregos, braços de mar, outras vias de tráfego, vales, ravinas, entre outros. (PUCPR PONTES – Prof. Wilson Gorges).

A ponte em questão, destina-se a carregar tráfego (carga dinâmica) sobre o obstáculo Rio Canhoto, situado no município de São José da Laje. Tem-se ainda a seguinte definição:

Obras de arte especiais: são aquelas construídas com projetos específicos, elaborados para cada obra em particular, tais como pontes, viadutos, passarelas (PUCPR PONTES – Prof. Wilson Gorges).

No projeto específico da referida ponte, pode-se observar a necessidade de construção e montagem dos seguintes elementos: Fundação sobre leito de rio, pilares, vigas transversinas e longarinas e lajes de tabuleiro.

A empresa Santa Cruz, que interpôs recurso administrativo, por ter sido inabilitada, justamente por não atender ao item 4.2.2.3, acima citado, alega que seu Acervo Técnico não é apenas similar, mas de superior complexidade, pois juntou acervo de construção de complexo comercial (composto por 2 galpões), requalificação e ordenamento da feira livre de confecção e construção (composto por 3 galpões), aquisição e construção de teleférico. Logo, passa-se a analisar as técnicas construtivas empregadas nas obras apresentadas pela empresa.

O conceito de edificação está relacionado com a construção civil, significando as técnicas usadas para a construção de edifícios, sejam eles direcionados para habitação ou comércio. Desta forma, pode-se enquadrar um complexo comercial e a feira livre como edificações. As obras de edificações, em geral, apresentam os elementos: fundações, pilares, vigas e lajes. Em análise as planilhas dos acervos técnicos (anexo) apresentados, pode-se observar:

1 - Acervo técnico do Shopping Center:

- a) Blocos de fundação em concreto armado;
- b) Pilares em concreto armado pré-moldado;

- c) Vigas de apoio da estrutura metálica em concreto armado **pré-moldada**;
d) Balcões dos feirantes em concreto **pré-moldado**;

Fis: 1304
Proc: 19618-35


2 – Acervo técnico da feira livre

- a) Bloco de fundação estrutura metálica – Concreto $F_{ck}=25\text{Mpa}$, inclusive lançamento manual concreto em fundação.
b) Estrutura lanchonetes, box's e banheiros – Concreto $F_{ck} 30\text{Mpa}$, inclusive lançamento manual em estrutura.
Este item não ficou muito compreendido se o bloco de fundação é estrutura metálica ou em concreto armado

Observa-se então, que a primeira obra em questão foi construída em concreto armado pré-moldado, excluindo os blocos de fundação, e não há estrutura de laje, obra típica de galpão, que pode ser replicada inúmeras vezes caso existam características de solo compatíveis, o que difere de uma obra de arte, no caso da ponte.

Com relação a segunda obra observa-se que esta é ainda mais simples que a primeira, pois as estruturas de pilares e coberta são metálicas.

Com relação ao teleférico, tem-se que:

Teleférico: qualquer transporte aéreo por cabo, de pessoas ou materiais, utilizando um ou mais cabos, para a sustentação e a tração. Os pilares de sustentação destes cabos podem ser de concreto armado ou estruturas de torres metálicas. Esta última sendo o tipo de estrutura de suporte mais comumente encontrada. As fundações destas estruturas de sustentação geralmente são blocos de concreto armado.

3- Acerto Técnico Teleférico

- a) Concreto armado – Laje Piso (maciça)

Portanto, pode-se observar a não similaridade entre as técnicas construtivas empregadas na construção de uma ponte e as empregadas nas obras apresentadas pela empresa Santa Cruz.

Nota: Anexas a esta resposta, seguem cópias dos atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrente, com marcação dos itens de concreto armado, os quais permitiram as análises pela área técnica.



Esta empresa afirmou também em seu recurso que “*foi se apegando em conceito totalmente subjetivo de similaridade e complexidade e sem qualquer fundamentação técnica, que a Comissão Técnica julgou pela inabilitação desta recorrente...*”. Tal afirmação não procede, primeiramente porque a referida Comissão Técnica é formada também por profissional engenheiro civil que possuem qualificação suficiente para julgar a situação apresentada e, novamente, o tópico c) do item 4.2.2.3 Qualificação Técnica, que é de entendimento plenamente satisfatório, uma vez que a empresa em questão não apresentou nenhuma dúvida quanto a compreensão do explanado no item, não solicitando impugnação deste.

Deve-se salientar a necessidade de se prevalecer a competitividade no decorrer do procedimento licitatório, em que diversas empresas deixaram de participar do certame por compreender o exposto no Edital e verificar que não possuíam as qualificações exigidas. Como agora a Administração Pública pode abrir esta exceção para uma empresa, que não possui os requisitos determinados, participar do certame?

A conduta desta Empresa Pública Federal prestigia o princípio da igualdade, já que, as regras do certame foram fixadas no edital, conforme fundamentação supra e admitir a habilitação da recorrente, significaria prejuízo às demais licitantes, ferindo frontalmente a legislação de regência. Ademais, a inabilitação da concorrente, pelo motivo elencado, está amparada pela interpretação do Edital, visto que, como já mencionado, o mesmo é cristalino em sua integralidade. Assim sendo, posicionamento contrário traria prejuízos à competição e, por conseguinte, para a Administração, que objetiva a classificação final da proposta mais vantajosa, mais facilmente alcançada num ambiente amplo de competição.

Prosseguindo, tem-se ciência de que o Edital é a lei interna da licitação, porém sua literalidade não deve ser seguida quando se revelar contraproducente e exagerada, em confronto com princípios, tais quais, o formalismo moderado e a razoabilidade. Não é o caso dos autos. O edital em sua integralidade, sobretudo, no item 4.2.2.3, é de fácil compreensão, visto que, seu conteúdo foi posto de maneira clara e até mesmo simples, exemplificando, inclusive, tipos de obras similares, no intuito de auxiliar o licitante.

O Edital ora questionado, está de acordo com entendimento do TCU, pois, ao exemplificar obras similares, utilizou um formalismo moderado, proporcionando grau de certeza elevado, segurança e razoabilidade aos direitos dos administrados. Vejamos:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (Acórdão 357/2015-Plenário)



Com relação a resposta dada a questão apresentada pela empresa D & J construções, quando questiona se *existe a possibilidade de participação de empresa que possui obra não sendo especificamente de construção de ponte, barragens, viadutos, porém uma construção de grande porte, com quantidade suficiente de concreto.* E a resposta dada é que *poderá ser aceito caso seja uma obra de concreto estrutural armado*, esta resposta em momento algum exclui nenhum item apresentado no Edital, que é o documento que rege o certame licitatório.

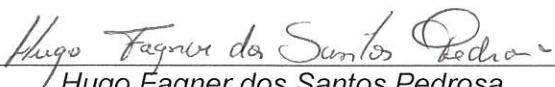
É compreensível que possa ter ocorrido um mal-entendido na leitura da resposta, porém esta, como já dito anteriormente, não substitui o Edital, ela não é uma ratificação.

6. Considerações finais

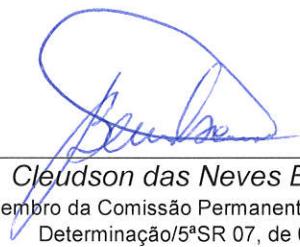
Pelo exposto, tem-se que o motivo pelo qual a documentação apresentada pela empresa Santa Cruz Construções Ltda não lhe permitiu a sua habilitação se sustenta, já que o acervo de obras por ela apresentado não guarda similaridade com o porte e a complexidade do objeto licitado.

Portanto, fica mantida a decisão de inabilitação da empresa recorrente por esta Comissão Permanente de Julgamento, cabendo à autoridade superior decidir acerca do recurso, em conformidade com o que dispõe o Art. 109 § 4º da Lei nº 8.666/1993.

Penedo/AL, 13 de agosto de 2018.


Hugo Fagner dos Santos Pedrosa

Membro da Comissão Permanente de Julgamento
Determinação/5^aSR 07, de 04/04/2018


Cleudson das Neves Bernardino

Membro da Comissão Permanente de Julgamento
Determinação/5^aSR 07, de 04/04/2018


Jorge Ricardo Rocha Melo

Membro da Comissão Permanente de Julgamento
Determinação/5^aSR 07, de 04/04/2018


Roberto Cavalcante Silva Machado

Presidente da Comissão Técnica de Julgamento
Determinação/5^aSR 07, de 04/04/2018

Ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Fis: 366
Proc: 17618-35
[Handwritten signature]

Em resposta a sua solicitação, feita à CI nº001/2018 tenho a dizer que:

O Edital nº 03/2018 é suficientemente claro quando diz em seu item 4.2.2.3 Qualificação Técnica:

c) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa (as) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante tenha executado obra(s) relativa(s) à construção de pontes, barragens, viadutos, ou obras similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens relacionados abaixo, com os seguintes quantitativos mínimos:

| ITEM | DESCRÍÇÃO |
|------|-------------------------------|
| 1.0 | Concreto Estrutural – 146 m3. |

Este item c) além de dizer que o Acervo Técnico das empresas candidatas a participarem da licitação devem possuir “**obras similares ao porte e complexidade ao objeto desta licitação**” ainda dá exemplos de que obras seriam estas “à **construção de pontes, barragens, viadutos**”. Também é dito neste item, sendo talvez o trecho mais importante apresentado, “**executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores as requeridas para execução dos itens relacionados abaixo**”. Sendo assim devemos analisar quais são as técnicas construtivas empregadas para a construção de uma ponte que atravessa um rio, objeto desta licitação.

Ponte é uma obra destinada a carregar tráfego (pessoas, veículos) sobre obstáculos a continuidade de uma via, estes obstáculos podem ser rios, córregos, braços de mar, outras vias de tráfego, vales, ravinas, entre outros. (PUCPR PONTES – Prof. Wilson Gorges).

A ponte em questão, destina-se a carregar tráfego (carga dinâmica) sobre o obstáculo Rio Canhoto, situado no município de São José da Laje. Temos ainda a seguinte definição:

Obras de arte especiais: são aquelas construídas com projetos específicos, elaborados para cada obra em particular, tais como pontes, viadutos, passarelas (PUCPR PONTES – Prof. Wilson Gorges).

No projeto específico da referida ponte, podemos observar a necessidade de construção e montagem dos seguintes elementos: Fundação sobre leito de rio, pilares, vigas transversinas e longarinas e lajes de tabuleiro.

A empresa Santa Cruz, que interpôs recurso administrativo, por ter sido inabilitada, justamente por não atender ao item 4.2.2.3, acima citado, alega que seu Acervo Técnico não é apenas similar, mas de superior complexidade, pois juntou acervo de construção de complexo comercial (composto por 2 galpões), requalificação e ordenamento da feira livre de confecção e construção (composto por 3 galpões), aquisição e construção de teleférico. Logo, vamos analisar as técnicas construtivas empregadas nas obras apresentadas pela empresa.

O conceito de edificação está relacionado com a construção civil, significando as técnicas usadas para a construção de edifícios, sejam eles direcionados para habitação ou comércio. Desta forma, podemos enquadrar um complexo comercial e a feira livre como edificações. As obras de edificações, em geral, apresentam os elementos: fundações, pilares, vigas e lajes. Em análise as planilhas dos acervos técnicos (anexo) apresentados, podemos observar:

1 - Acervo técnico do Shopping Center:

Fis: 1367
Proc: 161855
Rúbrica

- a) Blocos de fundação em concreto armado;
- b) Pilares em concreto armado **pré-moldado**;
- c) Vigas de apoio da estrutura metálica em concreto armado **pré-moldada**;
- d) Balcões dos feirantes em concreto **pré-moldado**;

2 – Acervo técnico da feira livre

- a) Bloco de fundação estrutura metálica – Concreto $F_{ck}=25\text{Mpa}$, inclusive lançamento manual concreto em fundação.
- b) Estrutura lanchonetes, box's e banheiros – Concreto $F_{ck} = 30\text{Mpa}$, inclusive lançamento manual em estrutura.
Este item não ficou muito compreendido se o bloco de fundação é estrutura metálica ou em concreto armado

Observamos então que a primeira obra em questão foi construída em concreto armado pré-moldado, excluindo os blocos de fundação, e não há estrutura de laje, obra típica de galpão, que pode ser replicada inúmeras vezes caso existam características de solo compatíveis, o que difere de uma obra de arte, no caso da ponte.

Com relação a segunda obra observa-se que esta é ainda mais simples que a primeira, pois as estruturas de pilares e coberta são metálicas.

Com relação ao teleférico, temos que:

Teleférico: qualquer transporte aéreo por cabo, de pessoas ou materiais, utilizando um ou mais cabos, para a sustentação e a tração. Os pilares de sustentação destes cabos podem ser de concreto armado ou estruturas de torres metálicas. Esta última sendo o tipo de estrutura de suporte mais comumente encontrada. As fundações destas estruturas de sustentação geralmente são blocos de concreto armado.

3- Acerto Técnico Teleférico

- a) Concreto armado – Laje Piso (maciça)

Portanto, pode-se observar a não similaridade entre as técnicas construtivas empregadas na construção de uma ponte e as empregadas nas obras apresentadas pela empresa Santa Cruz.



Esta empresa afirmou também em seu recurso que *“foi se apegando em conceito totalmente subjetivo de similaridade e complexidade e sem qualquer fundamentação técnica, que a Comissão Técnica julgou pela inabilitação desta recorrente...”*. Tal afirmação não procede, primeiramente porque a referida Comissão Técnica é formada também por profissional engenheiro civil que possuem qualificação suficiente para julgar a situação apresentada e, novamente, o tópico c) do item 4.2.2.3 Qualificação Técnica, que é de entendimento plenamente satisfatório, uma vez que a empresa em questão não apresentou nenhuma dúvida quanto a compreensão do explanado no item, não solicitando impugnação deste.

Deve-se salientar a necessidade de se prevalecer a competitividade no decorrer do procedimento licitatório, em que diversas empresas deixaram de participar do certame por compreender o exposto no Edital e verificar que não possuíam as qualificações exigidas. Como agora a Administração Pública pode abrir esta exceção para uma empresa, que não possui os requisitos determinados, participar do certame?

A conduta desta Empresa Pública Federal prestigia o princípio da igualdade, já que, as regras do certame foram fixadas no edital, conforme fundamentação supra e admitir a habilitação da recorrente, significaria prejuízo às demais licitantes, ferindo frontalmente a legislação de regência. Ademais, a inabilitação da concorrente, pelo motivo elencado, está amparada pela interpretação do Edital, visto que, como já mencionado, o mesmo é cristalino em sua integralidade. Assim sendo, posicionamento contrário traria prejuízos à competição e, por conseguinte, para a Administração, que objetiva a classificação final da proposta mais vantajosa, mais facilmente alcançada num ambiente amplo de competição.

Prosseguindo, temos ciência de que o Edital é a lei interna da licitação, porém sua literalidade não deve ser seguida quando se revelar contraproducente e exacerbada, em confronto com princípios, tais quais, o formalismo moderado e a razoabilidade. Não é o caso dos autos. O edital em sua integralidade, sobretudo, no item 4.2.2.3, é de fácil compreensão, visto que, seu conteúdo foi posto de maneira clara e até mesmo simples, exemplificando, inclusive, tipos de obras similares, no intuito de auxiliar o licitante.

O Edital ora questionado, está de acordo com entendimento do TCU, pois, ao exemplificar obras similares, utilizou um formalismo moderado, proporcionando grau de certeza elevado, segurança e razoabilidade aos direitos dos administrados. Vejamos:

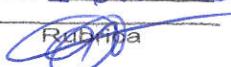
No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (Acórdão 357/2015-Plenário)

Com relação a resposta dada a questão apresentada pela empresa D & J construções, quando questiona se *existe a possibilidade de participação de empresa que possui obra não sendo especificamente de construção de ponte, barragens, viadutos, porém uma construção de grande porte, com quantidade suficiente de concreto.* E a resposta dada é que *poderá ser aceito caso seja uma obra de concreto estrutural armado*, esta resposta em momento algum exclui nenhum item apresentado no Edital, que é o documento que rege o certame licitatório.

É compreensível que possa ter ocorrido um mal-entendido na leitura da resposta, porém esta, como já dito anteriormente, não substitui o Edital, ela não é uma ratificação.

Por fim, fica a cargo da Comissão Permanente de Julgamento desta 5^a/SR a decisão, baseada no recurso da empresa e nesta resposta, a continuidade da inabilitação ou da habilitação. À empresa é dado todo o direito de buscar os recursos que lhe caibam.

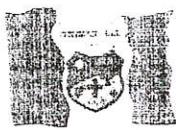
Respeitosamente,

Fls: 1369
Proc: 576158-15

Rubiña


THAISE LIMA TOJAL
Chefe da 5º/GRD/UEP Codevasf – 5º/SR

Em 13 de agosto de 2018

SANTA CRUZ
DO CABIBARIBE



Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA - PE
A 080.649

ATESTADO PARCIAL

Fis: J.036
Proc: 57618-15

J.A.
Rúbrica

Fis: 5370
Proc: 57618-15
Rúbrica

Atestamos para os devidos fins de acervo técnico, que a empresa Santa Cruz Construções Ltda, com sede na Rua João Otávio Paulino, s/nº, casa 5, Malaquias Cardoso, Santa Cruz do Capibaribe - PE executou para a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe as obras da: REQUALIFICAÇÃO E ORDENAÇÃO DA FEIRA LIVRE DE CONFECÇÃO DE SANTA CRUZ DO CABIBARIBE - Miguel Arraes de Alencar, localizado na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, no estado de Pernambuco.

O conjunto de obras, com capacidade de circulação diária de 20.000 pessoas é composto por 3 (três) galpões, com área total de 25.000 m², 46 lanchonetes, 65 lojas e capacidade de 4.550 bancas e área de estacionamento para 200 veículos.

Dados do Contrator:

Empresa Contratada - Santa Cruz Construções - CNPJ - 09.152.392/0001-62

Contrato - CP 001/2013 - PL 069/2013

Valor: R\$ 13.536.454,47

Data de Início dos Serviços - 25/12/2013

Data de Entrega dos Serviços - Em andamento

Local de execução dos serviços - PE 160 (POR TRÁS DO MODA CENTER) - SANTA CRUZ DO CABIBARIBE - PE

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

HERMANO JOSÉ DE LIMA BARBOSA - CREA 4656 D-PE

JOÃO HERMANO LIMA BARBOSA - CREA 42.759 D-PE

RENATA LIMA BARBOSA TROPIANO - CAU

ANDRES ROBERTO BAUTISTA VIDAL - CREA 007530 D-BA

Santa Cruz do Capibaribe, 10 de outubro de 2014

8º OFÍCIO DE NOTAS DO RECIFE - www.tabelionatofigueiredo.com.br
Av. Henrique Bandeira, 565 - Praia da Boa Viagem - Recife - PE - 5073-0800
Firmado de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho - Tabelião Publico

Cópia autêntica conforme o original
Recife, 20/07/2018 - Em teste _____ da verdade.

MARIA JOSE VIEIRA DE CARVALHO SEGUNDA - Escrevente
Emol.: R\$ 3,94; TSNR: 0,68; FERC: 0,34; Total: 4,09
Selo eletrônico de fiscalização: 0073783.SLQ07201811.0088



**MODA CENTER
SANTA CRUZ**

Santa Cruz do Capibaribe, 08 de fevereiro de 2012

Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva DAT
CREA - PE
A 055.511

ATESTADO

Fis: 994
Proc: 57618-15
Rudica

Atestamos para fins de acervo técnico que a empresa Santa Cruz Construções Ltda., CNPJ 09.158.398/0001-63, com sede à Rua João Otávio Paulino, s/nº, casa 5, Malaquias Cardoso, Santa Cruz do Capibaribe - PE; executou para este condomínio as obras e serviços de construção da ampliação que compõem o Complexo Comercial (Shopping Center) "Moda Center Santa Cruz", com fornecimento de materiais, máquinas, equipamentos e mão de obra normal e especializada, a fim de que, a Feira da Sulanca, fosse deslocada das ruas de Santa Cruz do Capibaribe - PE, reordenando-a neste empreendimento.

Fis: 5374
Proc: 57618-15

O conjunto de obras, com capacidade para circulação diária de 15.000 pessoas, é composto por dois galpões medindo, cada um, 12.138,00 m², harmonicamente reunidos por vias de circulações. Cada um destes galpões contém: "bancas de feira" pré-moldadas em concreto armado com 1,80 m² cada uma, lanchonetes e restaurantes, em espaço destinado à praça de alimentação; 01 módulo de serviço com áreas destinadas a primeiros socorros (enfermaria), à segurança e, sanitários, masculino e feminino.

Na área externa adjacente aos galpões, foram construídos blocos para lojas comerciais com diferentes configurações.

Compreende a ampliação do Complexo Comercial (Shopping Center) "Moda Center Santa Cruz" uma área total coberta de 31.664,53 m². inclusive toda infra-estrutura para abastecimento d'água composta por dois reservatórios, sendo um inferior, outro elevado e sistema de tratamento sanitário.

No entorno do Complexo Comercial (Shopping Center) "Moda Center Santa Cruz", envolvendo as áreas prediais, foi implantado toda infra-estrutura de urbanização compreendendo 57.237 m² de ruas com revestimento asfáltico na forma de tratamento superficial duplo com terceiro banho para circulação de automóveis e ônibus, bem como uma área de 41.600 m² de estacionamento revestido em paralelepípedos, com espaços destinados para 1772 veículos de passeio e 468 ônibus.

Responsáveis Técnicos:

Santa Cruz Construções Ltda.

- Clauston Pacas Silva - CREA - CREA 17.327-D - PE
- Hermano José de Lima Barbosa - CREA 4.656-D - PE
- Pedro Nolasco de Carvalho Netto - CREA 32.445-D
- João Hermano Lima Barbosa - CREA 42.758-D - PE

8º OFÍCIO DE NOTAS DO RECIFE - www.tabelionato.com.br
Av. Hercílio Banderia, 563 - Piso - Recife - Pernambuco - CEP: 50020-000
Assinado digitalmente por MARIA JOSE VIEIRA DE CARVALHO SEGUNDA
Data: 20/07/2018 - Em testemunha da verdade.
MARIA JOSE VIEIRA DE CARVALHO SEGUNDA - Escrevente
Emol.: R\$ 3,94; TSNR: 0,68; FERC: 0,34; Total: 4,09
Selo eletrônico de fiscalização: 0073783.BDF07201811.00897



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PE

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

**CAT com Registro de
Atestado**

1000042015

Atividade Concluída

SERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança A085.898 a A085.913, o atestado contendo 19 página(s), expedido pelo contratante de obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico n.º 1000042015

05 de janeiro de 2015, 12:44:19

Autenticação: 2737379c-31c7-46b0-98b1-f2abd4498ee5

Fis. 1028

Proc. 59618-15

JAD

Maurica

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro de atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PE (<http://www.creape.org.br>).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

8º OFÍCIO DE NOTAS DO RECIFE - www.tabelionato8recife.com.br
Av. Henrique Bandeira, 563 - Pina - Recife - Pernambuco - Fones: (81) 3071-0800

Ivanildo de Figueiredo Andrade - Maria Vieira Filho - Tabelião Pùblico
Cópia autêntica conforme o original
Recife, 20/07/2018 - Em testemunha da verdade.
MARIA JOSE VIEIRA DE CARVALHO DE JUNDA - Escrevente
Emol.: R\$ 3,94; TSNR: 0,68; FERC: 0,34; Total: 4,09
Selo eletrônico de fiscalização: 0073783.CVD07201811.03161



Consulte Autenticidade em: www.tjpe.jus.br/selodigital

Fis:
Proc:

1386-5
59618-15
BAB100



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Fis: 1387
Proc: 37618-15
Liberado

Atestamo para os devidos fins, que a Santa Cruz Construções Ltda, pessoa jurídica do direito privado, estabelecida a Rua José Nunes da Cunha, nº76, Piedade, Jaboatão dos Guararapes-PE, inscrita no CNPJ sob nº 09.158.398/0001-63, executou em observância as cláusulas contratuais, as obras de Construção, Aquisição e Instalação de Teleférico no município de Bonito/PE situado na Rua Otávio Paulino, S/Nº, Zona rural do Município de Bonito/PE, de responsabilidade da UCP Prodetur Nacional/PE- Unidade coordenadora do Programa de Desenvolvimento do Turismo, inscrito no CNPJ sob nº 04.755.171/0001-81. Os trabalhos foram executados conforme contrato nº 039/2013 de 12.12.2013, no período de 16/03/2014 à 15/12/2014, através do processo licitatório nº 26/2013 Concorrência Nacional nº 003/2013, cujas características técnicas encontram-se discriminadas nas planilhas.

1.0 – DADOS DA OBRA:

1.1 – Valor Contratual: R\$ 4.864.359,47 (quatro milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos).

1.2 – Prazos de execução:

1.2.1 – Prazo de início: 16/03/2014

1.2.2 – Prazo de Conclusão: 15/12/2014

8º OFÍCIO DE NOTAS DO RECIFE - www.tabelionato8.ufpe.br
Av. Hercílio Banderas, 363 - Pina - Recife - Pernambuco - Fones: (81) 3212-1000 / 3212-1001
Inuído de Figueiredo Andrade da Gama Filho - tabelionato8@ufpe.br
Cópia autêntica conforme o original
Recife, 20/07/2018 - Em testemunha _____ da verdade.
MÁRIA JOSE VIEIRA DE CARVALHO SEC. CNAFA - Escrevente
Emol.: R\$ 3,94; TSNR: 0,68; FERC: 0,34; Total: 4,09
Seu eletrônico de fiscalização: 0073783.BYV07201811.03154
Consulte Autenticidade em: www.tjpe.jus.br/seodigital

2.0 – DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS:

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO TELEFÉRICO

1 – Teleférico (Transportador a cabo aéreo)

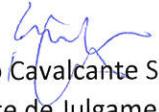
- | | |
|--|-----------------------|
| 1.1 - Capacidade de transporte: | pessoas por hora: 220 |
| 1.2. – Velocidade Máxima: | m/s: 5,00 |
| 1.3 – Comprimento do percurso: | m/s: 1230,00 |
| 1.4 - Desnível entre as estações: | m: 430,00 |
| 1.5 – Quadri-postos (cabine com capacidade para 4 pessoas) | |

Fls: 1297
Proc: 576158-55
RUBRICAS

Ao Sr. Superintendente Regional

Com fulcro no Art. 109, § 4º, da lei 8.666/93, submete-se a Vossa Senhoria, recurso administrativo impetrado pela empresa Santa Cruz Construções Ltda, CNPJ: 09.158.398/0001-63, cuja decisão fora mantida pela Comissão Permanente de Julgamento, reafirmando a inabilitação da recorrente.

Em 14/08/2018


Roberto Cavalcante Silva Machado
Comissão Permanente de Julgamento – Det. 007/2018-5ª/SR
Presidente

Ao Chefe da Secretaria Regional de Licitações

Homologo o resultado do exame do recurso administrativo referente ao Edital N° 03/2018 – 5ª SR, interposto pela empresa Santa Cruz Construções Ltda., concluindo por manter a inabilitação da recorrente, por não possuir acervo técnico com a similaridade ao porte e a complexidade com o objeto da licitação.

Assim, autorizo a divulgação do resultado da análise do recurso administrativo, bem como a convocação para abertura das Propostas Financeiras.

14 de agosto de 2018.


Ricardo Alexandre Lisboa Vieira
SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO
CODEVASF – ALAGOAS
5ª Superintendência Regional